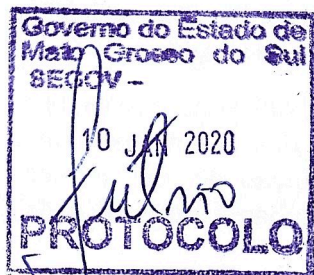




DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CAMPO GRANDE/MS
Rua Dom Aquino, nº 2.350, Bairro Centro, - CEP 79002-182 - Campo Grande - MS



OFÍCIO - Nº 2/2020 - DPU MS/DRDH MS

Campo Grande, 10 de janeiro de 2020.

Exmo. Senhor
Reinaldo Azambuja
Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: providências para manter segurança de pessoas em área de conflito

Exmo. Senhor Governador,

A **Associação dos Juristas para a Democracia**, a **Comissão Pastoral da Terra (CPT/MS)**, a **Comissão Regional de Justiça e Paz de MS (CRJPMS)**, a **Central Única dos Trabalhadores (CUT/MS)**, o **Coletivo Terra Vermelha (CTV)**, a **Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)**, a **Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAPMS)**, o **Núcleo de Defesa e Assessoria Jurídica Popular (NAJUPMS)**, o **Conselho Terena**, a **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**, a **Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ADUEMS)**, a **Associação dos Geógrafos Brasileiros seção Dourados (AGB)**, o **Centro de Estudos Bíblicos (CEBI-MS)**, o **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**, o **Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MSTMS)**, a **Associação dos Povos Indígenas Pataxó (AJIPE/BA)**, o **Coletivo de Mulheres da FAIND/UFGD**, a **Associação de Agricultores Familiares do PA Nazaré (AFAN)**, por intermédio da Defensoria Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União em Mato Grosso do Sul (DRDH/MS), vem perante Vossa Excelência **solicitar providências** para conter atos violentos que tem ocorrido na cidade de Dourados relacionados a indígenas e produtores rurais vizinhos às aldeias Bororó e Jaguapiru.

No dia 08 de janeiro de 2020, representantes das nominadas entidades, acompanhados pelas Defensoras Federais signatárias, realizaram visita à área denominada Ñu Verá, na cidade de Dourados/MS, e ouviram os relatos de dezenas de indígenas, dentre eles mulheres, idosos e crianças, sobre os recentes ataques praticados por seguranças particulares contratados por produtores rurais.

Os indígenas afirmaram que a empresa privada de segurança utiliza armas de grosso calibre, caminhonetes e um trator blindado (modificado com placas de aço) para atemorizar e destruir as moradias construídas na área. Diversos teriam sido os ataques à comunidade durante o ano de 2019 até que, na manhã do dia 03 de janeiro de 2020, o confronto resultou em três indígenas e um segurança baleados.

No local do confronto, a Comitativa acima nominada constatou a existência de diversas cápsulas deflagradas calibre 22, bem como certificou a presença de indígenas feridos por arma de fogo. Também foi possível visualizar a proximidade de duas caminhonetes, apontadas pelos indígenas como pertencentes a um dos proprietários rurais vizinhos às aldeias, cujos ocupantes pareciam fotografar ou filmar a reunião da Comitativa com a comunidade indígena.

Não restam dúvidas, tanto pelo relato dos indígenas, como pela presença próxima dos seguranças particulares, que o cenário é de intenso conflito. Há risco de novos atos violentos que poderão vitimar crianças e idosos indígenas.

Aliás, importante destacar que uma criança indígena de 12 anos perdeu os dedos da mão esquerda, ao manipular granada de efeito moral, idêntica às utilizadas pela PM, encontrada na região após o conflito do dia 03 de janeiro.

Sabe-se que a Reserva Indígena de Dourados possui a maior concentração de indígenas do país e cerca de 20 mil pessoas, de três etnias diferentes, estão confinadas em uma área de apenas 2.600 hectares, resultando num grande déficit habitacional e no aumento dos índices de violência da região.

Desse modo, a presença de seguranças contratados pelos fazendeiros vizinhos às aldeias, em lugar de evitar que indígenas retomem áreas para moradia, apenas agrava o conflito, já que as narrativas dos feridos versam sobre excessos no uso da força, ameaças, ataques noturnos e destruição de seus parques pertencentes: moradias de sapé e lona queimadas, mortes de animais domésticos e galinhas e destruição de panelas e roupas.

Urge, portanto, que o governo do Estado de Mato Grosso do Sul acione o governo federal para que envie a **Força Nacional de Segurança Pública**, garantindo a presença de policiais na região, em quantidade adequada para coibir ataques violentos e a utilização de armas de fogo por agentes privados contra a comunidade indígena.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para esclarecimentos que reputar pertinentes para a resposta do presente ofício, inclusive para reunião entre as entidades signatárias e o governo de Mato Grosso do Sul, para que seja possível expor a grave situação dos indígenas em Dourados/MS.

Daniele de Souza Osório
Defensora Pública Federal
Defensora Regional de Direitos Humanos em Mato Grosso do Sul
coordenadora do Grupo de Trabalho Comunidades Indígenas da DPU

Andressa Santana Arce
Defensora Pública Federal
Defensora Regional de Direitos Humanos em Mato Grosso do Sul, substituta



Documento assinado eletronicamente por **Daniele de Souza Osório, Defensor(a) Público(a) Federal..**, em 10/01/2020, às 13:50, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **3405097** e o código CRC **02A0093A**.